

Panorama Econômico da Bahia no Século XXI

Fernanda Calasans C. L. Pessoti¹

Gustavo Casseb Pessoti²

Resumo

Esse artigo foi construído com um propósito específico de analisar as principais tendências e perspectivas e também os gargalos da economia da Bahia para as duas primeiras décadas do século XXI. Para tanto, tomou-se como ponto de partida os anos 2000, em função das transformações que começaram a ser processadas na estrutura produtiva do estado e buscou-se analisar os principais indicadores econômicos, que envolvem a evolução do PIB, o mercado de trabalho, o desempenho setorial e os investimentos produtivos que foram projetados para o período do PPA 2020-2023. Com base nas informações disponíveis foi possível fazer uma leitura bastante preocupante da dinâmica da economia baiana, que envolve perda de dinamismo econômico em relação à região Nordeste e ao Brasil, baixa geração de postos de trabalho, com a mais alta taxa de desemprego do país e a já conhecida concentração regional e setorial de seu produto interno. Essas evidências estatísticas criam desafios importantes ao planejamento estadual que em 2019 enviou para a Assembleia Legislativa Estadual seu novo plano pluri-anual de investimentos para os próximos 04 anos, da nova década que vai se iniciar ainda marcada por problemas estruturais de difícil equacionamento.

Palavras-chave:

Economia baiana; gargalos; desafios; concentração regional; século XXI

1 Introdução

A Bahia é um Estado com um papel relevante na formação histórica e econômica do Brasil. Graças ao ponto de chegada dos portugueses, as primeiras incursões de povoamento não indígena ocorreram no litoral do Estado (TAVARES, 1974). E há registros de manufaturas têxteis na Bahia e Nordeste na vanguarda do processo de industrialização do Brasil, em meados do Século XIX (FURTADO, 1976; SPINOLA, 2009). Não obstante o seu papel de destaque no contexto nacional e regional, o Estado apresenta características singulares em sua composição social e territorial, que impactam diretamente nas formas de reprodução econômica e da vida em sociedade.

Ocupando uma área de 567,7 mil km², a Bahia é o quinto Estado brasileiro em extensão territorial, representando 6,6% do território nacional e 36,3% da área total do Nordeste (BAHIA EM NÚMEROS, 2014; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA, 2014). E devido à dimensão territorial e por ser limítrofe de três divisões regionais, o Estado abriga uma grande biodiversidade composta por três biomas brasileiros: Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. Destaca-se, também, a região costeira e as áreas de transição (Agreste Meridional), que possuem características singulares. E entre essas caracterizações territoriais, destaca-se a Região Semiárida, associada ao bioma Caatinga, que tem uma significativa influência nos desdobramentos dos aspectos sociais e econômicos da Bahia.

¹ Economista (UESB) e Doutoranda em Economia pelo PPGE/UFBA. Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

² Economista (UFBA) e Mestre em Desenvolvimento Regional pelo PPDRU-UNIFACS. Professor Adjunto da Universidade Salvador. Diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI/SEPLAN

O Semiárido é caracterizado, sobretudo, pela baixa precipitação pluviométrica e distribuição irregular de chuvas no tempo e no espaço. E o Estado da Bahia com uma parte considerável do seu território na Região Semiárida, sofre efeitos danosos que repercutem não só na vida da população diretamente atingida, mas em todas as atividades econômicas, especialmente no abastecimento de água, geração de energia hidrelétrica, afetando atividades agropecuárias, industriais e urbanas.

A Região Semiárida ocupa 79,0% do território baiano. Entre os Estados nordestinos, a Bahia é o que tem a maior extensão territorial inserida na zona de abrangência semiárida, representando 39,5% de todo o Semiárido Brasileiro. No total são 278 municípios no semiárido baiano, o que representava 66,7% dos municípios do Estado. A população afetada era de 7,6 milhões de pessoas, representando metade da população do Estado e quase 1/3 da população total que vive na Região Semiárida (BRASIL, 2018; IBGE, 2018).

Em 2018, a população da Bahia era de 14,8 milhões de habitantes. E no ano de 2030, estima-se que serão 15,9 milhões de habitantes no Estado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018; 2013). De acordo com informações do Censo Demográfico 2010 (MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, 2018), o Estado era moderadamente urbanizado, com 72,0% de sua população vivendo no estrato urbano. Contudo, a Bahia era o Estado brasileiro com a maior população rural em 2010: 3,9 milhões de habitantes. Sendo que, 73,6% dessa população viviam em municípios inseridos na Região Semiárida (IBGE, 2010).

As mulheres constituíam a maioria da população. Em 2010, eram 7,1 milhões de mulheres, contra 6,9 milhões de homens. Essa diferença tem aumentado durante os anos, fato observado pela razão dos sexos, indicando que em 2000 eram 97,8 homens para cada 100 mulheres, enquanto que em 2010 esse indicador caiu para 96,4, demonstrando que a presença do gênero feminino tem se intensificado na composição da população baiana. Contudo, não é um fenômeno exclusivo do Estado. No Brasil, no ano 2000, eram 96,6 homens para cada 100 mulheres, e em 2010 esse indicador reduziu-se para 95,9. Os municípios onde o setor terciário tinha a maior participação na atividade produtiva tinham majoritariamente as mulheres na composição de sua população. Enquanto que municípios onde a agricultura e a indústria representavam uma parcela importante da atividade produtiva, os homens eram maioria (MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, 2018).

Além do aumento de participação do gênero feminino, a Bahia durante os anos recentes tem experimentado um envelhecimento de sua população, fenômeno observado nas demais Unidades da Federação. A população jovem (de 0 a 14 anos) tem reduzido sua participação no decorrer das últimas décadas: de 39,7% de participação em 1991, para 25,6%. Em contrapartida, as faixas etárias que compreendem a fase adulta (de 15 a 59 anos) e idosa (mais de 60 anos) aumentaram sua participação entre 1991 e 2010, de 53,4% para 64,0%, e 6,9% para 10,3%, respectivamente (MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, 2018).

A Bahia é composta administrativamente por 417 municípios, distribuídos em 27 territórios de identidade. Desse total, apenas 17 municípios tinham populações acima de 100 mil habitantes, e estes estavam distribuídos desproporcionalmente pela extensão territorial. Em 2018, os maiores detinham 41,1% da população do Estado, participação que vem aumentando gradativamente desde 2010, quando estes municípios detinham 39,6% de todos os habitantes da Bahia (IBGE, 2018).

Por sua vez, os municípios de menor porte (menos de 30 mil habitantes), vêm reduzindo sua participação na população do Estado: de 33,2% em 2010, para 32,2% em 2018 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018; MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, 2018). Essa carência de cidades de médio e grande portes acaba por dificultar a instauração de polos de desenvolvimento e a formação de um mercado consumidor robusto, não obstante esses fenômenos conjugados contribuem para obstruir, em certa medida, investimentos produtivos.

Em 2018, Salvador (com 2,8 milhões de habitantes) permaneceu como o município mais populoso da Bahia e do Nordeste, contudo, passando para quarto no Brasil. Por sua vez, os municípios que compõem o TI Metropolitano de Salvador, somavam 4,0 milhões de habitantes, o que representava 26,3% da população total do Estado. Entre os municípios do TI Metropolitano de Salvador, os que se destacaram em termos populacionais são: Camaçari (293,7 mil habitantes); Lauro de Freitas (195,1 mil) e; Simões Filho (132,9 mil). Feira de Santana é outro município de destaque no contexto estadual e regional. Com 610,0

mil habitantes, o município era o mais populoso do interior do Norte e Nordeste do Brasil. Além desses, Vitória da Conquista (338,9 mil habitantes), Juazeiro (215,2 mil) e Itabuna (212,7 mil) eram municípios com importância regional no cenário baiano (IBGE, 2018).

A atividade econômica na Bahia caracteriza-se, sobretudo, pela elevada participação do setor de serviços, destacando-se, também, a produção petroquímica, de automóveis e papel celulose no setor industrial, além do cultivo de algodão e grãos no setor primário. Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado foi da ordem de R\$ 258,6 bilhões. Esse montante colocava a Bahia como a sexta economia do País, representando 4,1% do PIB brasileiro e a maior economia da Região Nordeste, com 28,8% de participação no PIB regional. No que concerne ao PIB per capita, a Bahia apresentava um valor de R\$ 16.931,10. Esse valor era pouco mais de metade do PIB per capita Brasil. Contudo, estava acima do valor apresentado pelo Nordeste que era de R\$ 15.779,11 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Nesse contexto, uma observação a ser considerada em relação à renda gerada no Estado, medida pelo produto interno bruto, é a constante perda de participação da Bahia em relação ao Brasil e o Nordeste. Em 1985 a Bahia respondia por 5,4% do PIB brasileiro e 39,7% do PIB regional. Porém, no ano de 2016, essas participações reduziram-se para a 4,1% e 28,8%, respectivamente. Outro fator agravante, é que a Região Nordeste não alterou sua participação na geração de riqueza no Brasil. Desde 1985 até os dias atuais, o Nordeste representa em torno de 14,0% da economia brasileira (IBGE, 2006; SEI, 2018). Conclui-se, portanto, que a atividade econômica na Bahia vem crescendo em um ritmo menos intenso quando comparado a outros Estados nordestinos.

Não obstante seja a maior economia do Nordeste e sexta no cenário nacional, a Bahia convive com problemas estruturais de caráter secular. Entre eles é possível elencar a influência do clima semiárido nas atividades econômicas do Estado, que tem em torno de 80,0% do seu território na zona de abrangência semiárida. Aliado a isso, destaca-se que o modal rodoviário é o meio de transporte mais utilizado no Estado, até mesmo para escoamento da produção agrícola e industrial, o que dificulta o transporte de grandes cargas de mercadorias para os mercados com os quais a Bahia realiza suas transações.

Outro problema estrutural é que a Bahia tem uma lógica de produção completamente exógena (TEIXEIRA e GUERRA, 2000). O Estado destaca-se na produção de bens primários, sobretudo grãos, e bens intermediários (químicos, petroquímicos e metalúrgicos) para o abastecimento de mercados produtores de bens finais localizados nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, e China no exterior.

Além dos problemas apontados anteriormente, outro ponto nevrálgico identificado na economia baiana é a alta pujança do setor público. Aproximadamente 20,0% do PIB da Bahia advém do setor público. Devido às características inerentes às atividades que desempenha, esse setor tradicionalmente é pouco dinâmico, com baixa produtividade e com entraves na geração de emprego.

Ademais, a Bahia é um Estado grande com 417 municípios, porém 80% têm população inferior a 50 mil habitantes, o que dificulta a viabilizar economicamente esses municípios.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em quatro seções: a primeira faz um retrospecto do processo histórico da economia baiana, desde os primeiros anos da colônia de exploração recém-descoberta até os desafios do Século XXI; a segunda parte é uma caracterização atual do Estado da Bahia; no terceiro capítulo são destacados exclusivamente os aspectos econômicos; e algumas considerações finais encerram o trabalho.

Não obstante a difícil tarefa de construir um material relevante para compreensão da economia baiana, este trabalho é um esforço de trazer um maior nível de aprofundamento sobre a situação do Estado a partir de dados e leituras recentes.

2 Traços Históricos da Economia Baiana

A passagem de uma economia essencialmente rural e agrária para uma sociedade urbanizada com razoável grau de complexidade econômica é um fenômeno bastante recente na história da Bahia. Até

meados da década de 60 do século passado, a economia ainda dependia da produção agrícola, tendo o cacau como principal produto de exportação e com uma indústria pouco desenvolvida. Neste capítulo, em breve síntese, busca-se refletir sobre esse processo.

2.1 A colônia

Os povos nativos que ocupavam o litoral e o interior do território em que veio a se constituir o Estado da Bahia, antes da chegada dos portugueses, sobreviviam da caça, da pesca e do cultivo. A colonização transformou progressivamente a estrutura social e econômica desses povos seminômades, assim como a paisagem dos territórios ocupados, sobretudo, a partir da introdução das lavouras monocultoras sustentadas pelo trabalho escravo (ALMEIDA, 2009).

Antes da efetiva política de ocupação da nova colônia, a atividade econômica girava em torno da extração e comercialização do pau-brasil. Contudo, o regime de feitorias nos primeiros anos do século XVI, tornou-se insuficiente para garantir a integridade do território dominado. Dessa forma, a concessão de capitanias e sesmarias passou a ocupar a centralidade da administração colonial portuguesa para o Novo Mundo, com vistas a ocupar e povoar o novo território (ALMEIDA, 2009).

Estrutura-se, então, uma economia agrária de exportação, fundada no trabalho escravo: o sistema de monocultura extensiva de produção destinada ao mercado europeu conhecida na literatura histórica como *plantation*. Desde os primórdios, a economia local estaria condicionada a demandas do Velho Continente. A principal lavoura estabelecida foi a da cana-de-açúcar, ao tempo em que outros produtos tropicais e matérias-primas iam sendo incorporados à pauta de exportação como algodão, fumo, farinha de mandioca, aguardente, ouro, couro e solas etc. (FURTADO, 1976; TAVARES, 1974). Em torno das grandes propriedades e no interior dos domínios coloniais articularam-se, também, as pequenas economias de subsistência (FURTADO, 1976).

A ocupação do território, entre os séculos XVI e XVII, foi motivada pelas diversas expedições, as chamadas entradas, que partiam do litoral, especialmente Salvador, Porto Seguro e Ilhéus, em direção ao interior do continente em busca de ouro e metais preciosos, vencendo e subjugando as resistências naturais e dos indígenas à ocupação da terra. Esse movimento também fez avançar a atividade da pecuária para o sertão e terminou por configurar, em traços gerais, as dimensões atuais do território baiano (FURTADO, 1976; TAVARES, 1974). “As expedições seguiam os cursos dos rios Paraguaçu, São Francisco, Grande, Verde, de Contas, Jequitinhonha, Pardo e Doce e chagaram a alcançar o norte de Minas, o Piauí e o Maranhão” (TAVARES, 1974, p. 119).

Já na primeira metade do século XVII, a indústria açucareira baiana entrara em declínio. A “febre da mineração” no século XVIII atraiu e deslocou grandes contingentes de mão de obra da região açucareira. A crise da lavoura aprofundava-se devido à concorrência de outras colônias europeias e à elevação dos custos de produção (ALMEIDA, 2009). Entre outros efeitos, a mineração deslocou o eixo econômico colonial e os interesses da administração metropolitana do Nordeste para o Sudeste. Em 1763, a capital da colônia foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. A agricultura baiana ganhou novo vulto somente com a lavoura do cacau, sobretudo a partir de 1890, que se consolidou como o principal produto da pauta de exportação do Estado até meados do século XX.

2.2 A estrutura industrial

A estagnação da indústria baiana na primeira metade do século XX foi interpretada pela literatura como um enigma, que contrastava com a relativa diversificação e prosperidade do setor observada ao longo do século XIX (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). O setor primário exportador assumiu a supremacia da estrutura produtiva, tendo a lavoura de cacau como principal atividade geradora de divisas e rendas, cuja alocação era realizada no próprio setor – de forma extensiva e sem incorporar progressos técnicos –, quando não gastas em consumo suntuário por parte de seus proprietários.

Dentre as principais razões para o baixo desenvolvimento industrial na primeira metade do século XX destacaram-se:

(...) ritmo fraco de capitalização, a decadência política da Bahia na República, efeito e novamente causa, as dificuldades de transportes, e a carência de energia, que, para vencê-las, não encontravam recursos na economia colonial bahiana (*sic*), as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração (ALMEIDA, p.95, 2009).

Somente na segunda metade do século XX, que a necessidade de modernizar a economia local motivou o planejamento econômico do Estado, consolidado pelo Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB). Elaborado pelos técnicos da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE), sob a liderança do economista Rômulo Almeida, o plano não chegou a ser aprovado pelo parlamento baiano, contudo sua estratégia de integração da economia local ao desenvolvimento do capitalismo nacional foi se concretizando ao longo do tempo. A Bahia tornar-se-ia progressivamente um centro produtor de bens intermediários destinados especialmente ao parque industrial da região Sul-Sudeste.

O processo de industrialização no Estado ganhou impulso inicial com a extração de óleo e gás no Recôncavo e a instalação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM) em Mataripe em 1950. Notadamente entre os anos de 1960 e 1970, consolidou-se a estratégia de especialização regional da indústria baiana, através da implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e de outros distritos industriais que ofereciam incentivos fiscais para atração de empresas. No bojo da política desenvolvimentista do Estado brasileiro viriam a se instalar as indústrias petroquímica e metalúrgica, cujos impactos socioeconômicos transformariam definitivamente a estrutura produtiva local.

A principal característica desse processo, constituído por blocos de investimentos concentrados no tempo, será a dependência do dinamismo industrial baiano de “choques exógenos” e a ausência de capacidade autônoma de gerar investimentos (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Nas últimas décadas do século XX, Spinola (2009) destaca que um dos aspectos fundamentais da economia baiana seria sua “vulnerabilidade à propagação de movimentos cíclicos da economia nacional” (2009, p. 83). O autor caracteriza a industrialização baiana pelo seu “caráter cíclico e dependente” das economias nacional e internacional (SPINOLA, 2009, p.87).

Nos anos 1990 aprofundou-se a globalização financeira, a abertura comercial e a reestruturação produtiva e gerencial do grande capital (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Esse foi o período de uma agressiva política neoliberal, que retirou dos Estados os mecanismos de atuação direta na economia, alterando o perfil do planejamento estatal e do desenvolvimento econômico regional. Diante do esvaziamento das políticas industriais mais ativas, a “guerra fiscal” entre os entes da federação terminou por assumir o instrumento por excelência de atração de empreendimentos industriais, através da oferta de renúncias e subsídios fiscais (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Nesse período foram aportados investimentos nos setores (têxtil, calçados, eletrônico, transformação plástica, químico e automobilístico), atraídos por incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos governos federal e estadual, numa estratégia de desconcentração e interiorização da dinâmica econômica (PESSOTI, 2008). Os ganhos nesse sentido não foram tão significativos, haja vista que, a concentração espacial da atividade industrial não se alterou. Também as expectativas trazidas pela implantação do setor automobilístico, quanto à diversificação da matriz industrial e ao adensamento de cadeias produtivas, não se confirmaram. O sonho de criação de um parque produtivo de bens finais não logrou o êxito aguardado.

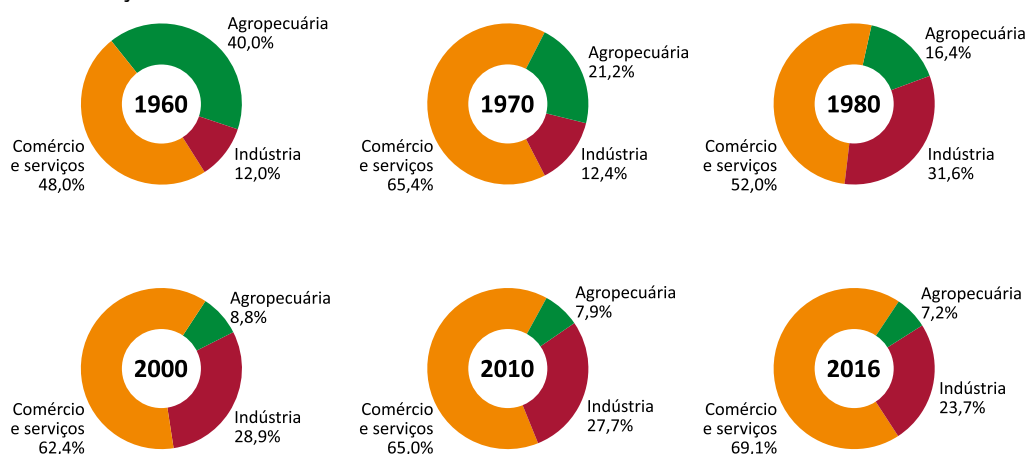
3 A Bahia e o Nordeste: Problemas Comuns

É inegável que a evolução histórica da Bahia e da Região Nordeste sempre estiveram condicionadas aos ciclos econômicos atrelados à agricultura de exportação e às tentativas de efetivação de investimentos industriais, que aumentassem a geração de emprego e renda em suas economias. Não obstante, o planejamento do Brasil tenha destinado alguns projetos de industrialização para a Região, os setores mais dinâmicos da Bahia sempre tiveram uma relação mais direta com a agricultura de exportação e com os setores notadamente ligados aos serviços de intermediação comercial, administração pública e aluguéis de imóveis.

Os avanços industriais da Bahia podem ser associados à chegada da Petrobras no início dos anos 1950, bem como à consolidação da indústria petroquímica como resposta da descentralização de investimentos federais no II PND, do governo militar. O Polo Petroquímico de Camaçari trouxe uma mudança significativa

na estrutura produtiva da Bahia, com grande aumento de participação da indústria no PIB do estado, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 1 – Evolução dos setores na atividade econômica – Bahia – 1960-2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

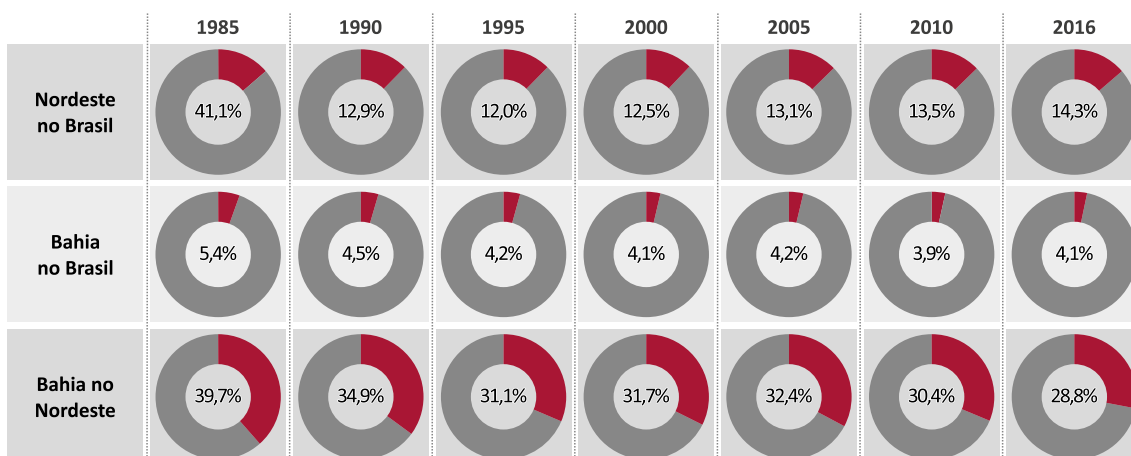
A Figura 1 acima deixa clara a importância estratégica que a indústria química e petroquímica assumiu para a geração de valor agregado para o Estado. Em sua dissertação de mestrado, Pessoti (2008) afirmou e embasou em números semelhantes que o Polo Petroquímico de Camaçari deve ser considerado como maior empreendimento econômico da história da Bahia. Na comparação entre os anos 1980 (dois anos após a instalação do Polo) e os anos 1970, a indústria quase triplicou sua participação na economia baiana, o que criava uma nova perspectiva econômica para o Estado a partir de então.

As estratégias governamentais, a partir de então, estiveram quase sempre ligadas ao campo do adensamento da matriz produtiva e da complementação de investimentos que consolidassem o desenvolvimento industrial do Estado. Apesar das sucessivas políticas industriais realizadas ao longo dos anos 2000, a participação da indústria no PIB nunca mais atingiria o patamar alcançado na década de 1980. No decurso dos últimos 05 anos, diversas análises feitas para a economia baiana e brasileira tentaram associar a existência de um processo de desindustrialização, que estaria por trás da diminuição progressiva de participação do setor na economia. Em 2016, o setor industrial contribuía com aproximadamente 24% do PIB do Estado.

A perda da dinâmica industrial, de um lado, e de outro, o aumento gradativo de setores tradicionais como agricultura, comércio e administração pública tiveram outra consequência para a economia baiana: a perda de participação do PIB do Estado no PIB da Região Nordeste.

A análise das contas regionais do Brasil evidencia que em uma série de 31 anos, a participação da Região Nordeste no PIB do Brasil praticamente permaneceu inalterada, evidenciando que a Região não apresentou nem taxa de crescimento abaixo da registrada para o País no período, nem problemas estruturais nos setores de atividades, que pudessem sugerir uma perda de participação. De outra parte, esse é o retrato de uma região que, apesar de toda a transformação interna bem como de investimentos realizados na sua atividade produtiva, não conseguiu aumentar a sua importância estratégica na matriz produtiva do País.

Figura 2 – Participação da atividade econômica – Nordeste e Bahia



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Por outro lado, a situação da Bahia é ainda mais preocupante. A análise da série de dados, no decurso desses mais de 30 anos revela que a economia baiana apresentou perda na participação tanto na economia nordestina (de 39,7% do PIB em 1985 para 28,8% em 2016) como na economia nacional (5,4% em 1985 para 4,1% em 2016). Esses dados não deixam dúvida de que o ritmo de crescimento da economia baiana nesse período foi menor do que a economia nordestina, onde a perda foi mais acentuada e também em relação à economia do País.

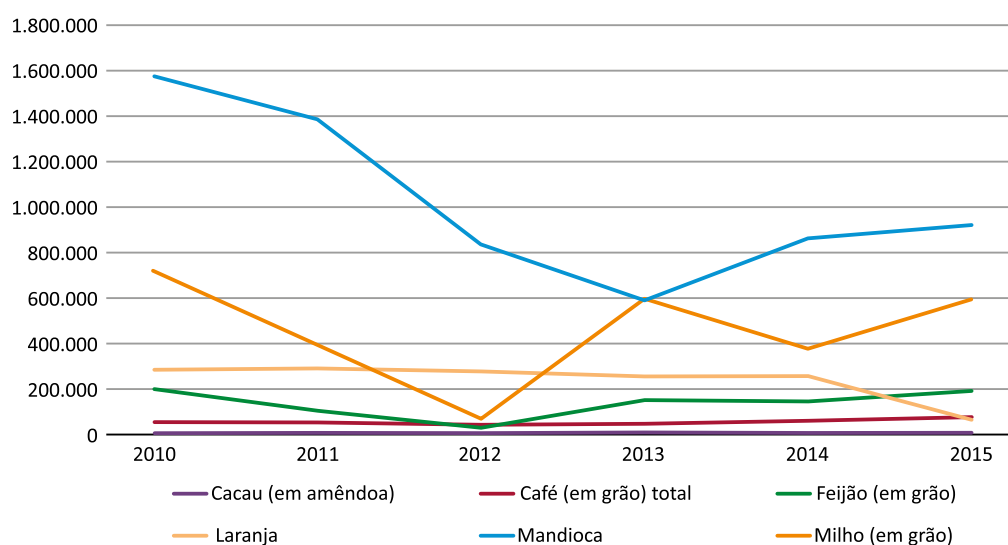
3.1 O problema da estiagem

A seca recente que afetou a Bahia e o Nordeste teve início em 2012 e se intensificou desde então, sendo considerada a mais severa em várias décadas. A intensidade e a persistência da atual estiagem, que já dura sete anos, pode ser indício das mudanças climáticas, também conhecidas como aquecimento global, que ocorrem pelo aumento da temperatura média global. O aumento das emissões de gases de efeito estufa (CO₂ em particular) está retendo o calor na atmosfera da Terra. Não se tem registro na Bahia de seca mais persistente e aguda há, pelo menos, 100 anos, segundo alguns especialistas. Desde 1911, ocorreram duas secas com duração de três anos (1930-32; 1941-43), duas com duração de quatro anos (1951-54 e 2012-2015) e uma com duração de cinco anos (1979-83).

Entre os anos de 2010 e 2015 houve uma notória redução na quantidade produzida das principais culturas dos municípios em Estado de emergência (Gráfico 1). A queda mais brusca ocorreu no ano de 2012, com todas as culturas selecionadas atingindo o menor patamar em termos de quantidade produzida no período, com exceção da laranja que teve declínio mais acentuado em 2015, e do cacau que apresentou a menor produção em 2013. Dentre as culturas analisadas, a mandioca foi a que sofreu maior variação e ainda não conseguiu voltar ao patamar de produção de 2010. Na Bahia, por exemplo, os agricultores familiares chegam a cultivar 90,0% da mandioca produzida no Estado da Bahia.

Os impactos da estiagem prolongada sobre o território baiano vão além da produção de alimentos, interferindo também no abastecimento de água, inclusive na Região Metropolitana Salvador (RMS). Segundo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), em março de 2017, o volume de água armazenado na Barragem de Pedra do Cavalo, a segunda maior do Estado e que responde por mais de 60,0% do abastecimento de água de Salvador e Região Metropolitana, tinha caído para 24,1%, o menor volume dos últimos 20 anos. A redução foi de 3,7 pontos percentuais em apenas um mês – quando estava com 27,8% do seu volume útil de armazenamento, –, o que equivale a uma perda de mais de seis milhões de litros de água, mais da metade do que o município de Salvador consome num dia. Há cinco anos, a Bahia registra chuvas abaixo da média e, segundo os especialistas no assunto, não há previsão de normalização no curto prazo.

Gráfico 1 - Quantidade produzida das principais culturas dos municípios afetados pela seca – 2010-2015



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

3.2 Infraestrutura logística

Do ponto de vista da infraestrutura logística, a Bahia conta com uma malha rodoviária de 11.936,91 km de estradas pavimentadas (BRASIL 2014), nas quais se destacam as BR-116, BR-101, BR-242 e BR-324, que interligam os extremos do Estado servindo, também, como ramal de interligação entre rodovias estaduais que atendem as regiões não contempladas pelas estradas de maior importância.

A BR-324 é considerada uma das mais importantes estradas do Estado. A rodovia é a principal porta de entrada e saída da capital da Bahia. Entretanto, o trecho mais movimentado, com 108 km de extensão, é a ligação entre Salvador e Feira de Santana, percurso totalmente duplicado e sob a concessão da Via Bahia. A estrada conta com dois pedágios, nos trechos Km 597 e Km 551, e estima-se que o fluxo diário seja superior a 1.500 carros / dia, sendo que, 74,4% eram carros de passeio. BRASIL, (2014).

Com aproximadamente 4,5 mil km de estradas pavimentadas, a BR-116 é a mais importante rodovia do Brasil, cruzando o País verticalmente da Região Nordeste (Fortaleza – CE) até a divisa com o Uruguai, na Região Sul (Jaguarão – Rio Grande do Sul). Na Bahia, a BR-116 está dividida em dois trechos: Trecho Sul – com 515 Km de extensão entre a Divisa BA x MG, o maior fluxo está entre os municípios de Vitória da Conquista e Feira de Santana; e Trecho Norte, que no Estado da Bahia liga Feira de Santana aos municípios de Tucano e Euclides da Cunha. A rodovia tem 04 praças de pedágio nos trechos do Km 482, Km 566, Km 698, Km 773 e Km 873, e em 2013 teve um fluxo de 256 carros / dia, sendo que, 68,3% eram carros comerciais, e o que liga o entroncamento com a BR-242 ao anel rodoviário em Feira de Santana.

Além destas, vale destacar as BR-242, BR-101 e BA-099, que tem grande importância para atividade econômica do Estado. A BR-242 é a via de ligação entre o oeste e a capital baiana. A rodovia inicia-se em Maragogipe (Bahia) e se estende até Sorriso (Mato Grosso). Entretanto, o maior fluxo de veículos está no trecho que liga Luís Eduardo Magalhães (Bahia) ao município de Rafael Jambeiro (Bahia), onde há um cruzamento com a BR-116. Além de ser a estrada que dá acesso às atrações turísticas da Chapada Diamantina, a BR-242 é a via de escoação dos grãos produzidos do extremo oeste do Estado.

A BR-101, por sua vez, é uma estrada de grande relevância para o País porque liga o Nordeste brasileiro (a partir do Rio Grande do Norte) às regiões Sudeste (passando pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) e sul do País (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), margeando a costa brasileira. Na Bahia, a BR-101 é a via de comunicação entre o Extremo Sul e o Recôncavo com a capital do Estado, via entroncamento na BR-324, no município de Feira de Santana.

Com funcionalidade diferente, está a BA-099. Popularmente conhecida como Estrada do Coco, a rodovia teve a sua importância ressaltada com a ampliação da área urbana de Salvador sentido Litoral Norte. Estendendo-se do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães (Salvador) até Mangue Seco (distrito de Jandaíra, divisa entre Bahia e Sergipe), a BA-099 tem 184,8 km de extensão e está dividida entre a Estrada do Coco (trecho entre o município de Lauro de Freitas e Itacimirim, distrito de Camaçari) e a Linha Verde (Praia do Forte, distrito de Mata de São João até Mangue Seco). A importância da rodovia cresceu graças ao perfil turístico associado ao Litoral Norte da Bahia e a oferta de serviços hoteleiros de grande porte.

O município de Feira de Santana é o ponto de confluência das principais rodovias do Estado. Pelo anel ferroviário do município passam rodovias estratégicas que ligam o Litoral Sul, Centro Sul e Região Metropolitana da Bahia às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País: BR-324, BR-116 e a BR-101 (PITOMBO, 2009).

O Estado da Bahia, atualmente, conta com 80 aeroportos em funcionamento, ou com voos regulares para passageiros, ou em funcionamento para pouso e decolagem de aeronaves de pequeno porte. Para voos regulares, semanais ou diários, há 10 aeroportos na Bahia, sendo o Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães, no município de Salvador, o único a receber voos internacionais.

O Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães (SSA) funciona em junção com a Base Aérea de Salvador (BASV), e tem capacidade para atender 13.000.000 pax / ano. É o maior aeroporto do Norte e Nordeste em volume de passageiros, sendo o 8º no País, 9.152.159 passageiros em 2014 (BRASIL, 2014). No terminal aeroportuário de Salvador operam as principais empresas aéreas nacionais, com destino para todas as capitais brasileiras e cidades de grande porte, e quatro companhias áreas internacionais. Entre os principais destinos no exterior é possível destacar Buenos Aires – Argentina, Madri – Espanha, Miami – Estados Unidos, Frankfurt – Alemanha e Lisboa – Portugal.

O Aeroporto de Porto Seguro (BPS) é o segundo em número de passageiros na Bahia. No ano de 2014 foram 1.512.020 / pax, estando na 24ª posição no ranking de aeroportos brasileiros (BRASIL, 2014). O perfil turístico da região é o principal fomentador para o movimento no terminal aeroportuário. Além deste, vale destacar: Aeroporto de Ilhéus (IOS) com operação das empresas aéreas Avianca, Azul Linhas Aéreas, Gol Linhas Aéreas, TAM; o Aeroporto de Barreiras (BRA) e o Aeroporto de Vitória da Conquista (VCD), ambos com voos regulares da Azul Linhas Aéreas e Passaredo. Ainda com a oferta de voos frequentes, porém com menor movimento, estão os aeroportos de Teixeira de Freitas (TXF), Valença (VAL), Paulo Afonso (PAV), Feira de Santana (FEC) e Lençóis (LEC) (Azul Linhas Aéreas), todos com voos operados pela Azul Linhas Aéreas.

Na malha ferroviária, o Estado da Bahia é cortado transversalmente pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a maior linha férrea nacional, com 7.080 km de extensão, interligando as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. A FCA cruza no Estado a sede de importantes municípios como Brumado, São Gonçalo dos Campos, Candeias, Simões Filho, Camaçari, Dias D'Ávila, Mata de São João, Pojuca, Catu, Alagoinhas, Serrinha, Senhor do Bonfim e Juazeiro, ligando a Bahia a importantes centros de distribuição nacionais, bem como aos portos de Salvador e Aratu-Candeias (BA), Aracaju (SE), Angra dos Reis e Rio de Janeiro (RJ), Vitória e Cachoeiro do Itapemirim (ES), e ao porto fluvial de Pirapora (MG). A FCA também liga o Estado a São Paulo, pelo cruzamento com a Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) nos municípios de Araguari e Uberaba (MG).

O projeto de implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL/EF-334) aumentará a oferta de serviços ferroviários no Estado, bem como o dinamismo econômico. O cruzamento da FIOL com a FCA no município de Brumado criará uma ligação entre o eixo oeste e leste da Bahia, e com o Estado de Tocantins, alcançando também a Região Norte.

A Bahia é o Estado brasileiro com a maior costa marítima, com 1.183 km de extensão. O Estado conta com 03 portos marítimos administrados pela iniciativa pública: Porto Marítimo de Salvador, Porto Marítimo de Ilhéus e Porto Marítimo de Aratu-Candeias, estes três administrados pela Companhia das Docas da Bahia - CODEBA.

Oficialmente inaugurado em 1913, o Porto de Salvador está localizado na extremidade sudoeste da península que separa o continente do Oceano Atlântico, com acesso à Baía de Todos os Santos, a segunda maior baía do mundo, e a maior do Brasil. Em 2014, foram transportados no Porto de Salvador 4,5 bilhões de toneladas, em 387 navios (BRASIL, 2014). O Porto de Salvador está integrado ao Sistema Hidroviário de Transporte Municipal, que faz a travessia de passageiros entre Salvador a Ilha de Itaparica (municípios de Itaparica – Marina de Itaparica, com extensão até Salinas das Margaridas e Vera Cruz – Terminal Hidroviário de Vera Cruz), Madre de Deus (Terminal Turístico Náutico de Madre de Deus) e Morro de São Paulo (município de Cairu – Terminal Hidroviário de Morro de São Paulo); todos os terminais de passageiros operados pela iniciativa privada com a concessão do Estado.

O Porto de Salvador conta, também, com construção de um novo terminal marítimo de passageiros, destinado a receber navios cruzeiros. Com 11 mil m², dos quais 7.680 m² de área construída, o atual terminal marítimo de passageiros tem capacidade de receber oito grandes navios transatlânticos ao mesmo tempo e movimentação de 20 mil passageiros por dia. Com a maior movimentação de turistas fora do eixo Rio - São Paulo, o Porto de Salvador recebeu, no verão 2013/2014, 79 navios cruzeiros, um total de 202 mil passageiros (BRASIL, 2014).

O Porto de Aratu, fundado na década de 1970, está ligado ao Centro Industrial de Aratu (Candeias), e atualmente é responsável por 60,0% de toda carga em modal marítimo na Bahia, sendo de grande importância para a economia do Estado da Bahia. Administrado pela CODEBA, o porto funciona com quatro terminais: um para produtos gasosos; um para grânéis líquidos; e dois para grânéis sólidos. Localizado na Baía de Todos os Santos, o Porto de Aratu tem acesso terrestre pelas rodovias BA-093 (ligação para o Polo Industrial de Camaçari) e a BA-524, interligando-o à BR-324 e a partir desta às demais rodovias (BR-116; BR-101; BA-526; BA-099).

Criado com a finalidade de escoar a produção cacaueteira no início do século XX, o Porto de Ilhéus, atualmente, é o canal de escoação da produção de grãos do oeste baiano. Com o declínio da cultura cacaueteira, o Porto de Ilhéus tentou diversificar sua pauta de movimentação de cargas, onde consta, além do cacau, a soja, milho, amêndoas, óxido de magnésio, concentrado de níquel, peças industrializadas e carga geral. A conclusão dos projetos de construção do Porto Sul e da Ferrovia Oeste-Leste tem a finalidade de criar uma plataforma logística para escoação de toda produção do oeste do Estado, bem como dos minérios e demais itens produzidos no interior da Bahia.

Além dos três complexos portuários, o Estado ainda conta com seis terminais portuários para recebimento de insumos e escoação de bens específicos: Terminal Gerdau/Usina (de propriedade privada), destinado ao recebimento de minérios de ferro; Terminal Portuário Miguel de Oliveira (de propriedade estatal e administrado pela empresa que o utiliza), destinado para escoar a produção de veículos automotores produzidos em Camaçari; Terminal Portuário de Cotegipe (pertencente à iniciativa privada), destinado ao embarque de grãos e de derivados de trigo industrializados; Terminal da Dos Química (de iniciativa privada), destinado à movimentação de produtos químicos tais como eteno crio gênio, óxido de pro peno líquido e pro peno líquido; Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia (TRBA) (de propriedade de uma empresa estatal), tem a função de receber navios carregados com GNL e fazer o gás liquefeito voltar a ser gasoso; e o Terminal de Madre de Deus (de propriedade de uma empresa estatal), destinado ao recebimento de petróleo e ao embarque de derivados de petróleo processados pela RLAM, tendo a denominação oficial de Terminal Marítimo Almirante Alves Câmara.

4 Investimentos Industriais Previstos para o Período 2020-2023

Os investimentos privados industriais previstos para 2020/2023 estão estimados em R\$ 14,89 bilhões, destacando-se os setores Eletricidade e gás (R\$ 9,98 bilhões), Minerais não metálicos (R\$ 1,50 bilhões) e Mineração (R\$ 1,0 bilhão).

Conforme destacou Pessoti (2015), as indústrias do Polo Petroquímico de Camaçari continuam sendo as mais importantes para a dinâmica industrial do Estado. Esse fato ao mesmo tempo reforça a pequena transformação que os investimentos industriais efetivados na Bahia ao longo do século XXI conferiram ao panorama da indústria baiana de transformação, e, ao mesmo tempo demonstram a dificuldade de

estratégias de desenvolvimento que objetivam interiorizar e desconcentrar a atividade econômica do Estado.

No entanto, embora o montante de investimentos esperados para o período 2020-2023 seja menor do que o necessário, para uma efetiva reativação industrial que vem diminuindo seu ritmo de crescimento e sua geração de valor adicionado do PIB, é importante destacar que a maior parte de novos projetos industriais previstos para esse período será de investimentos que deverão ser realizados no interior do Estado.

Tabela 1 – Empreendimentos em implantação / ampliação / realocizados / modernizados – Bahia – 2020/2023

Segmentos	Previsão de investimentos (R\$)
Eletricidade e Gás	9.977.751.000,00
Minerais não metálicos	1.503.900.000,00
Mineração	1.001.500.000,00
Metalurgia/Siderurgia	927.600.000,00
Diversos	513.300.000,00
Plásticos e Borrachas	240.250.000,00
Químico e Petroquímico	202.600.000,00
Alimentícios	190.750.000,00
Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	163.000.000,00
Máquinas e Equipamentos	42.700.000,00
Têxtil	40.000.000,00
Reciclagem	37.200.000,00
Bebidas	20.000.000,00
Metal/Mecânico	17.000.000,00
Calçados, Couro e Componentes	9.000.000,00
Moveleiro	3.000.000,00
Informática/Eleto-Eletrônico	1.800.000,00
Automotivo e Componentes	1.300.000,00
Total	14.892.651.000,00

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016) Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Dados preliminares, sujeitos a retificação.

Dentre os setores que receberão mais investimentos, o segmento de eletricidade destaca-se por sua capacidade de rentabilidade e pelas condições geográficas favoráveis do território baiano para a produção de energia eólica e solar. O montante destinado a este setor para o período 2020/2023 chega a R\$ 9,98 bilhões, o equivalente a 67,0% do total de investimentos previstos para o período.

Considerando-se apenas o segmento eólico, de acordo com informações divulgadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), a Bahia, sozinha, é responsável por 26% da capacidade instalada de energia eólica do País (...) e assumiu o protagonismo nacional nos últimos 10 anos, no segmento de renováveis. Ainda segundo a SDE, a Bahia tem ainda 38 parques em construção (562 MW) e 47 em construção não iniciada (962 MW), onde estão previstos investimentos de R\$ 6,9 bilhões e geração de 22,8 mil empregos diretos e indiretos.

No segmento de energia solar, segundo a SDE, até 2021, mais 5 parques (142 MW) devem entrar em operação, com previsão de R\$ 737 milhões em investimentos e 4,2 mil empregos diretos e indiretos.

O segmento de minérios não metálicos também se mostra promissor; o setor da construção civil é o maior consumidor de minerais não metálicos. O montante em valores ultrapassa R\$ 1,5 bilhão, cerca de 10,0% dos investimentos previstos. A maior parte dos investimentos previstos para este segmento está

relacionada à produção de cimento, principalmente, em unidade que será instalada no Nordeste Baiano, onde estão localizadas jazidas de calcário, matéria-prima para produção de cimento.

Outro setor que merece destaque é o de mineração, com a previsão de investimento no montante de R\$ 1,0 bilhão, em torno de 6,7% dos investimentos previstos. A maior parte dos investimentos está voltada à produção de minérios de ferro, principalmente no Sertão do São Francisco. O setor de mineração reveste-se de uma importância estratégica, uma vez que ele é um dos pilares de sustentação para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste pelo interior do Estado.

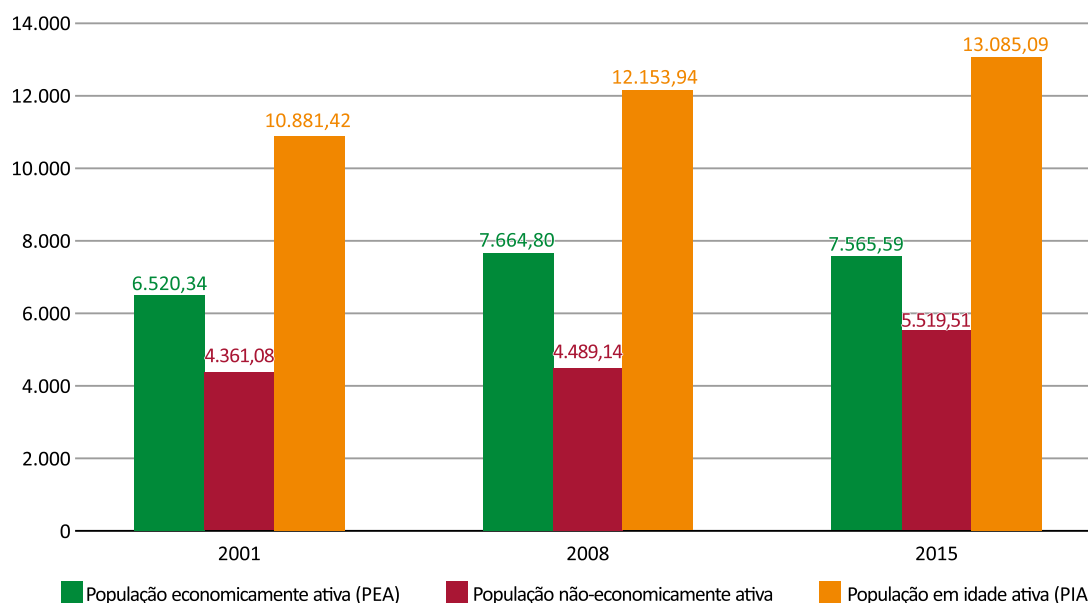
5 Mercado de Trabalho

No mercado de trabalho (Figura 3) o processo de envelhecimento da população proporcionou um aumento significativo da População em idade ativa (PIA- pessoas de 10 anos ou mais de idade). Em 2001 a PIA era formada pelo contingente de 10,88 milhões de pessoas e no ano de 2015 esse contingente foi de 13,08 milhões. Ou seja, entre 2001 e 2015 a PIA cresceu a uma taxa média anual de 1,7% ao ano.

O longo período de crescimento econômico, entre os anos de 2001 e 2014, proporcionou a População Economicamente Ativa (PEA – População de 10 anos ou mais de idade que estava ocupada ou procurando emprego) um crescimento anual médio de 1,07% ao ano, esse desempenho já incluía os efeitos da crise econômica iniciada em 2015, e que se mantém até o atual momento. No início do período, a PEA possuía um contingente de 6,52 milhões de pessoas, e em 2015 esse contingente era de 7,56 milhões.

A população não economicamente ativa (população de 10 anos ou mais de idade que não estava ocupada e nem procurava emprego) cresceu no período de 4,36 milhões para 5,52 milhões de pessoas no final do período, principalmente em virtude da crise econômica que assola o País e, que teve como uma das principais consequências um aumento substancial do desemprego por desalento. Em 2008, quando o desemprego apresentava uma tendência de queda, a população não economicamente ativa era de 4,49 milhões de pessoas.

Figura 3 – População economicamente ativa (PEA) (em mil), População não economicamente ativa (em mil) e população em idade ativa (PIA) (em mil) – Bahia – 2001 / 2008 / 2015



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

A taxa de participação da PEA (relação PEA e PIA) iniciou o período em 59,9%, em 2008 a taxa foi de 63,1%. Em 2015, em função da crise econômica, a taxa de participação da PEA havia regredido para 57,8%, estando, portanto, em um patamar inferior ao apresentado no início da série.

Na Tabela 2 observa-se a condição da ocupação da população economicamente ativa. No período, o contingente de pessoas sem ocupação foi crescente tendo, em 2015, 823 mil pessoas. No entanto a taxa de desocupação mostra-se decrescente no período entre 2001 a 2008, quando a taxa se reduz de 10,0% para 9,0%, invertendo a tendência no período 2008-2015, finalizando com uma taxa de desocupação de 10,9%, quando a desocupação se agravou em virtude da crise econômica.

Tabela 2 – Condição da ocupação na semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade – Bahia – 2001 / 2008 / 2015

Condição da ocupação	2001		2008		2015	
	População	Participação	População	Participação	População	Participação
Ocupados	5.866.555	90,0%	6.972.809	91,0%	6.742.120	89,1%
Sem ocupação	653.785	10,0%	691.994	9,0%	823.465	10,9%
Total	6.520.340	100,0%	7.664.803	100,0%	7.565.585	100,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Os dados da Tabela 3 indicam como evoluiu a posição da ocupação no mercado de trabalho do Estado da Bahia. Em 2001, a ocupação por conta própria correspondia a 28,0% do total dos ocupados, tendo um contingente de 1,640 milhão de ocupados. No ano 2015, os ocupados por conta própria somavam 1,87 milhão de pessoas, mas apesar do aumento do contingente, sua participação em relação ao total da ocupação permaneceu praticamente constante em 27,8%.

O emprego com carteira assinada representava 18,0% da ocupação em 2001 (1,05 milhões de ocupados), em 2015 essa proporção estava em torno de 25,8%, com um contingente de 1,74 milhão de ocupados.

O emprego doméstico representava 7,0% do emprego total do Estado em 2015, com um contingente 470 mil ocupados. No período, apesar do crescimento econômico, o emprego doméstico cresceu mais que proporcionalmente à ocupação geral, visto que no início da série representava 6,1% da ocupação do Estado.

Tabela 3 – Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade – Bahia – 2001 / 2008 / 2015

Posição na ocupação	2001		2008		2015	
	Ocupados	Participação	Ocupados	Participação	Ocupados	Participação
Empregado com carteira de trabalho assinada	1.054.442	18,0%	1.487.072	21,3%	1.742.123	25,8%
Militar	5.130	0,1%	4.192	0,1%	11.197	0,2%
Funcionário público estatutário	234.215	4,0%	332.555	4,8%	453.826	6,7%
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	1.418.241	24,2%	1.596.166	22,9%	1.296.577	19,2%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	68.440	1,2%	75.674	1,1%	102.456	1,5%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	290.047	4,9%	400.210	5,7%	368.271	5,5%
Conta própria	1.640.979	28,0%	1.657.092	23,8%	1.877.338	27,8%
Empregador	178.778	3,0%	216.843	3,1%	188.786	2,8%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	196.216	3,3%	600.083	8,6%	467.656	6,9%
Trabalhador na construção para o próprio uso	5.981	0,1%	12.081	0,2%	12.094	0,2%
Não remunerado	774.092	13,2%	590.841	8,5%	221.796	3,3%
Total	5.866.555	100,0%	6.972.809	100,0%	6.742.120	100,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Destaca-se o contingente expressivo de pessoas ocupadas que não possuíam remuneração (Trabalhador na produção para o próprio consumo, Trabalhador na Produção para o próprio uso e Não remunerados), Esses três grupos de ocupação representavam 16,6% da ocupação do Estado em 2001. No ano de 2015, essa proporção era de 10,4% dos ocupados do Estado, tendo como destaque a ampliação do contingente de trabalhadores na produção para o próprio consumo.

A Tabela 4 indica o rendimento médio do trabalho principal na semana de referência segundo a posição na ocupação, a preços de abril de 2018. Tem-se que, no geral, os rendimentos tiveram um crescimento real de 38,2%. A média dos rendimentos, em termos reais, saltou de R\$ 975,41 em 2001 para R\$ 1.347,80 em 2015.

Destaca-se que o ganho real nas remunerações foi mais significativo entre os militares, 108,4% de aumento. O efeito da política de aumento real do salário mínimo foi mais efetivo sobre o trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada com uma variação real de 70,8% e entre os trabalhadores doméstico sem carteira (65,0%) e empregados sem carteira assinada (62,1 %).

Os funcionários públicos estatutários (38,3%), conta própria (28,1%) e empregadores (15,1%) tiveram ganhos reais muito mais moderados. A variação real do salário mínimo não foi absorvida integralmente entre os empregados com carteira de trabalho assinada, com ganhos reais de apenas 13,5% no período, o que denota um movimento de incorporar os ganhos reais do salário mínimo mediante reajustes menores para os empregados que ganhavam acima do mínimo, o que comprimiu os salários e, conseqüentemente, acarretou um ganho real médio menor.

Tabela 4 – Rendimento médio do trabalho principal das pessoas com dez anos ou mais de idade e com rendimento na semana de referência, segundo a posição na ocupação e variação real (a preços de abril de 2018) – Bahia – 2001 / 2008 / 2015

Posição na ocupação	Rendimento médio real do trabalho principal			Variação real (2001/2015)
	2001	2008	2015	
Empregado com carteira de trabalho assinada	1.352,95	1.484,35	1.535,33	13,5%
Militar	1.781,73	2.850,07	3.712,78	108,4%
Funcionário público estatutário	2.067,64	2.395,08	2.859,23	38,3%
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	573,37	741,64	929,22	62,1%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	551,47	772,17	941,69	70,8%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	298,32	358,18	492,27	65,0%
Conta própria	761,86	814,87	976,22	28,1%
Empregador	3.722,27	4.128,97	4.286,05	15,1%
Total	975,41	1.152,99	1.347,80	38,2%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Na Tabela 5 têm-se pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade por grupamento de atividade do trabalho principal e os respectivos rendimentos reais médios, estando incluídos os ocupados sem rendimento. Por motivo de mudanças na classificação das atividades, o ano de 2001 não pôde ser comparado aos demais anos e por isso foi excluído da análise. Observa-se que a ocupação total diminuiu entre 2008 e 2015, de 6,97 milhões para 6,74 milhões de pessoas, provavelmente em virtude da crise econômica.

Entre 2008 e 2015, a ocupação agrícola que representava no início do período 33,7% do total de ocupados no Estado, terminou o período representando 24,3% e continuou sendo o grupamento de atividade mais representativo no Estado, sendo responsável pela ocupação de 1,64 milhão de pessoas. Outro grupamento de atividade em que houve uma redução na ocupação foi a indústria de transformação que representava 7,1% da ocupação em 2008, tendo 6,0%, em 2015, com 402 mil ocupados.

Apesar da redução no total do número de ocupados, alguns grupamentos de atividades apresentaram crescimento no período. Por exemplo, o grupamento de Comércio e reparação ampliou sua participação na ocupação de 14,7% em 2008, para 17,2% em 2015, permanecendo como o segundo grupamento de atividade em número de ocupados com 1,16 milhão de pessoas em 2015.

Outros merecem destaque, como o grupamento de atividade de Construção que iniciou o período sendo responsável por 7,3% da ocupação e terminou representando 9,9%. Houve crescimento Também grupamento de atividade de Educação saúde e serviços sociais, onde a participação subiu de 7,8% para 10,1%.

Tabela 5 – Ocupados com 10 anos ou mais de idade, por grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência e rendimentos médios do trabalho principal de todos os ocupados a preços de abril de 2018, e variação do rendimento real médio por grupamento de atividade – Bahia – 2008 / 2015

Agrupamento de atividade	2008			2015			Variação real do rendimento (2008 / 2015)
	Ocupados	Participação	Rendimento real médio (R\$)	Ocupados	Participação	Rendimento real médio (R\$)	
Agrícola	2.349.039	33,7%	339,09	1.639.662	24,3%	406,31	19,8%
Outras atividades industriais	54.259	0,8%	2439,73	46.804	0,7%	2897,92	18,8%
Indústria de transformação	492.135	7,1%	1257,52	402.878	6,0%	1390,97	10,6%
Construção	508.361	7,3%	1037,4	669.575	9,9%	1223,62	18,0%
Comércio e reparação	1.024.093	14,7%	1072,45	1.157.018	17,2%	1132,68	5,6%
Alojamento e alimentação	302.638	4,3%	879,96	348.451	5,2%	950,46	8,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	283.029	4,1%	1390,12	334.249	5,0%	1510,06	8,6%
Administração pública	298.313	4,3%	2469,97	350.920	5,2%	2502,14	1,3%
Educação, saúde e serviços sociais	542.149	7,8%	1598,22	678.420	10,1%	2198,7	37,6%
Serviços domésticos	475.884	6,8%	421,83	470.727	7,0%	590,16	39,9%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	271.721	3,9%	1180	235.709	3,5%	1322,12	12,0%
Outras atividades	352.201	5,1%	1857,89	403.676	6,0%	2066,24	11,2%
Atividades maldefinidas	18.987	0,3%	330,77	4.031	0,1%	503,54	52,2%
Total	6.972.809	100,0%	950,47	6.742.120	100,0%	1206,67	27,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Em relação aos rendimentos, constata-se que o rendimento real médio do trabalho principal dos ocupados no Estado da Bahia aumentou 26,9% entre 2008 e 2015. Considerando o grupamento de atividade, os maiores aumentos ocorreram nos grupamentos de serviços domésticos e Educação, saúde e serviços sociais que tiveram aumento de 39,9% e 37,6% respectivamente. Na atividade agrícola, os rendimentos tiveram ganhos reais de 19,8% seguido por Outras atividades industriais que obteve um

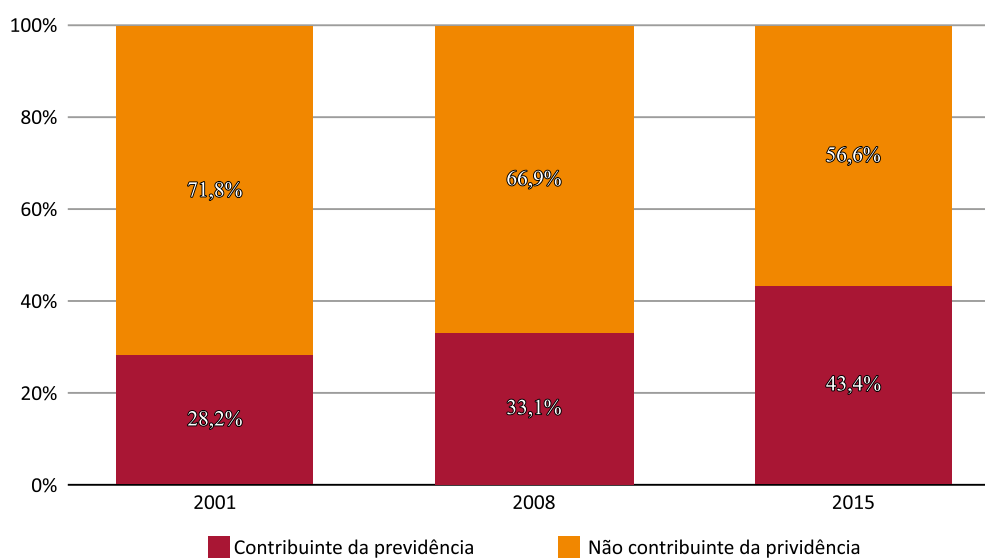
ganho real de 18,7%, e permaneceu com o maior rendimento real médio entre os setores elencados. As atividades mal definidas tiveram um ganho real de 52,2%. No entanto, por representar, em 2015, apenas 0,1% dos ocupados, não possuía muita significância.

Os menores ganhos reais de rendimento do trabalho principal foram observados nos grupamentos de atividade Administração pública, onde o aumento real foi de apenas 1,3%, seguido pelo grupamento de Comércio e reparação, que é o segundo maior empregador do Estado, que obteve apenas um ganho de 5,6% no período e o grupamento de Alojamento e alimentação com ganhos reais de 8,0%.

Da análise da ocupação e dos rendimentos do trabalho, depreende-se que a expansão da ocupação no período analisado se concentrou no Comércio e serviços, Construção e Educação e saúde e serviços sociais, sendo este último influenciado, possivelmente, pela expansão dos serviços públicos. No tocante aos rendimentos, observa-se que os menores rendimentos médios obtiveram maiores ganhos reais, fundamentalmente em virtude da política de valorização do salário mínimo.

No entanto, o que houve de mais significativo no mercado de trabalho do Estado da Bahia foi à expansão do trabalho formal, aqui compreendido como a ocupação que possuía cobertura social, ou seja, se a pessoa ocupada contribuía para algum instituto de previdência social. A Figura 4 indica que entre 2001 e 2015 a ocupação formalizada aumentou sua participação crescendo de 28,2%, em 2001, para 43,4% em 2015. No ano de 2015, os ocupados que contribuíam para a previdência social totalizavam 2,92 milhões de ocupados, enquanto no início da série, em 2001, esse número era de 1,65 milhões de ocupados.

Figura 4 – População ocupada por condição de contribuição para qualquer instituto de previdência social e proporção da população ocupada que contribui para algum instituto de previdência social – Bahia – 2001 / 2008 / 2015



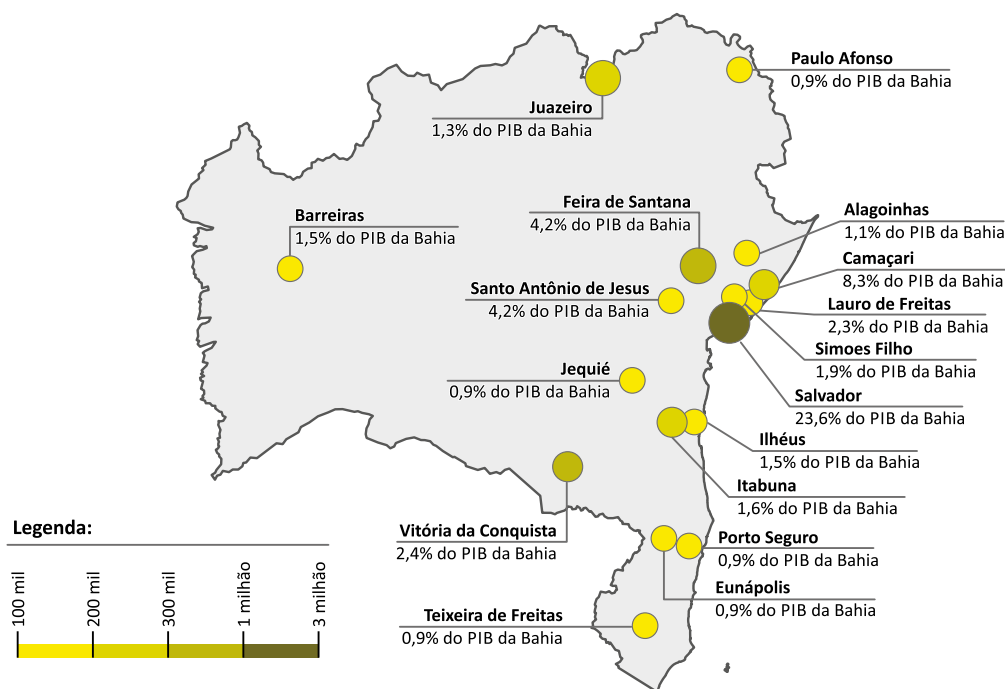
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

A crise econômica que ainda assola o País e os altos índices de desemprego e o aumento da informalidade dela decorrentes, com certeza fizeram diminuir esses números. Infelizmente com o passar dos anos, essa situação não tem melhorado, nem para a Bahia e nem para o Nordeste, com a maior parte de seus Estados com taxas de desemprego entre as mais altas do País e uma grande informalidade. Em 2018, a taxa média de desocupação da Bahia foi de 17%, a segunda maior do Brasil segundo os dados da PNAD contínua do IBGE. Nesse mesmo período, a taxa de desocupação em Salvador foi ligeiramente abaixo do Estado, situada em 16,1%.

6 Concentração Regional

Em 2015, dezesseis municípios baianos tinham acima de 100 mil habitantes, que somados concentravam 40,9% da população do Estado. Esses municípios com maior concentração populacional estavam localizados, sobretudo, na região litorânea do Estado. O TI Metropolitano de Salvador tinha quatro municípios, seguido pelos territórios Litoral Sul e Costa do Descobrimento, ambos com dois municípios. Os demais municípios estavam localizados em territórios distribuídos pela Região Semiárida e um no TI Litoral Norte em Agreste Baiano.

Figura 5 – Maiores municípios em termos de população e sua participação no PIB estadual – Bahia – 2015



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2018); SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (2016).

Do ponto de vista da riqueza gerada, esses municípios concentravam 55,0% no PIB estadual. O setor de comércio e serviços era a atividade econômica predominante em nove municípios. Embora o setor secundário não fosse a atividade dominante, a indústria era significativa na composição do PIB dos municípios de Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, Alagoinhas, Ilhéus e Paulo Afonso. Por sua vez, a agropecuária era destaque na atividade econômica de Barreiras.

Em 2015, as dez maiores economias do Estado, em termos de PIB, não coincidiam com os municípios de maior concentração populacional. Os municípios de maior proeminência econômica concentravam 51,7% do PIB da Bahia. Tal participação era inferior comparada ao ano de 2002, quando as dez maiores economias representavam 52,3% do PIB estadual. De 2002 para 2015, houve pouca alteração no quadro das dez maiores economias do Estado, permanecendo os quatro primeiros: Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Francisco do Conde.

Essa observação indica que a atividade econômica da Bahia continua concentrada em um pequeno número de municípios e estes mal distribuídos no espaço territorial do Estado, notadamente no TI Metropolitano de Salvador. Em 2015, somente o município de Salvador representava 23,6% da economia do Estado, ou seja, aproximadamente um quarto do PIB estadual.

Tabela 6 – Maiores economias – Bahia – 2002 / 2015

Classifi- cação	2002			2015		
	Município	Território de Identidade”	Participação no PIB Bahia	Município	Território de Identidade”	Participação no PIB Bahia
1º	Salvador	TI Metropolitano de Salvador	26,80%	Salvador	TI Metropolitano de Salvador	23,60%
2º	Camaçari	TI Metropolitano de Salvador	8,30%	Camaçari	TI Metropolitano de Salvador	8,30%
3º	Feira de Santana	TI Portal do Sertão	3,70%	Feira de Santana	TI Portal do Sertão	4,90%
4º	São Francisco do Conde	TI Metropolitano de Salvador	2,60%	São Francisco do Conde	TI Metropolitano de Salvador	3,50%
5º	Paulo Afonso	TI Itaparica	2,00%	Vitória da Conquista	TI Sudoeste Baiano	2,40%
6º	Ilheus	TI Litoral Sul	1,90%	Lauro de Freitas	TI Metropolitano de Salvador	2,30%
7º	Simões Filho	TI Metropolitano de Salvador	1,90%	Simões Filho	TI Metropolitano de Salvador	1,90%
8º	Vitória da Conquista	TI Sudoeste Baiano	1,80%	Luís Eduardo Magalhães	TI Bacia do Rio Grande	1,80%
9º	Itabuna	TI Litoral Sul	1,70%	Itabuna	TI Litoral Sul	1,60%
10º	Lauro de Freitas	TI Metropolitano de Salvador	1,60%	Barreiras	TI Bacia do Rio Grande	1,50%
		Total	52,30%		Total	51,70%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Lauro de Freitas era a décima economia em 2002 e passou a ser a sexta maior em 2015, sendo que este município ganhou maior representatividade devido ao incremento no setor de comércio e serviços. Vitória da Conquista que era a oitava economia em 2002, passou a ser a quinta maior em 2015. Este último município também aumentou a participação no setor de comércio e serviços e uma redução na atividade agropecuária. Por sua vez, os municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras passaram a integrar as dez maiores economias baianas no ano de 2015. Sendo destaque em ambos, o agronegócio e a produção de grãos (soja, milho e algodão).

Nos anos de 2002 e 2015, Salvador era a maior economia do Estado e não apresentou mudanças significativas na sua estrutura produtiva. O setor da agropecuária manteve a participação de 0,1% e a indústria apresentou um pequeno aumento de 14,7% para 16,7%. Por sua vez, o setor de comércio e serviços teve uma redução de 85,3% para 83,5% em sua participação no PIB municipal. Mesmo com essa perda de participação, o setor terciário de Salvador representava 66,9% do Valor Agregado Bruto (VAB) do comércio e serviços do TI Metropolitano de Salvador. E o município permanecia como um polo de comércio e serviços em saúde, educação, serviços financeiros e públicos, representando 23,6% do PIB estadual.

O município de Camaçari, entre os anos de 2002 e 2015, apresentou significativas mudanças na sua estrutura produtiva. O setor industrial em 2002 era responsável por 76,0% do PIB do município e em 2015 ainda manteve a maior participação, porém, recuando para 55,0% do VAB total. Por sua vez, o setor terciário em 2002 contava com 24,0% da atividade produtiva no município, e em 2015 saltou para 44,8% de participação. Mesmo com a perda de participação, a indústria de Camaçari era responsável por 30,9% do VAB industrial do TI Metropolitano de Salvador. Por sua vez, o setor primário avançou de 0,0% de participação em 2002 para 0,1% em 2015.

Entre os anos de 2002 e 2015, Feira de Santana permaneceu como a terceira economia do Estado, pouco alterando sua estrutura produtiva. A agropecuária reduziu sua participação no PIB municipal de 3,0% para 0,6%. Por sua vez, o setor industrial apresentou o maior incremento, saindo de 20,0% do PIB, em 2002 para 21,7% em 2015, com destaque para a indústria de borracha e pneus. E o setor terciário

avançou de 77,0% para 77,7% em 2015. Além de ser a maior economia do TI Portal do Sertão, Feira de Santana representava 76,3% do VAB do setor de comércio e serviços deste território.

São Francisco do Conde, entre os anos de 2002 e 2015, permaneceu entre as quatro maiores economias do Estado, mesmo com uma população abaixo de 40 mil habitantes. O comércio e os serviços perderam o posto de maior setor na atividade econômica com redução de 63,1% na participação do PIB em 2002 para 43,7% no ano de 2015. A indústria, que em 2002 contava com 36,5% do PIB do município, aumentou sua participação para 56,1%, tornando-se o maior gerador de riquezas em São Francisco do Conde, graças à atividade de refino do petróleo. Com essa elevada participação do setor secundário na estrutura produtiva do município, São Francisco do Conde é o sexto no Estado, com maior participação relativa da indústria na economia municipal.

Vitória da Conquista, terceiro município do Estado em número de habitantes, em termos econômicos, avançou da 8ª economia em 2002 para a 5ª economia em 2015, apresentando algumas alterações interessantes na sua estrutura produtiva. A agropecuária que era responsável por 4,9% do PIB em 2002, reduziu para 2,2% de participação em 2015. O setor industrial apresentou um aumento na participação do PIB de 2002 a 2015, saindo de 13,4% para 15,5%. E o comércio e serviços, o setor com maior participação no PIB municipal, avançou de 81,7% para 82,3%. Vitória da Conquista configura-se como um polo de serviços educacionais e de saúde dos territórios Sudoeste Baiano, Médio Sudoeste da Bahia e Sertão Produtivo.

Localizado no TI Metropolitano de Salvador, Lauro de Freitas, entre os municípios em destaque na Bahia, foi o que apresentou o melhor desempenho em termos econômicos. Em 2002, o município era a 10ª economia do Estado, passando à 6ª colocação em 2015. Lauro de Freitas é 100% urbanizado, o que reflete em uma reduzida participação da agropecuária, que em 2002 tinha 0,07% de participação no PIB municipal e em 2015 apresentou 0,04% de participação. Por sua vez, a indústria reduziu sua participação em aproximadamente 10 pontos percentuais, passando de 31,3% do PIB em 2002, para 22,9% em 2015. E o setor de comércio e serviços, antes com 68,7% de participação, avançou para 77% do PIB em 2015.

O município de Simões Filho, nos anos de 2002 e 2015, permaneceu como a 7ª economia do Estado. Contudo, apresentou uma mudança considerável na sua estrutura produtiva. O setor primário, que em 2002 representava 0,0% do PIB municipal, permaneceu praticamente estável em 2015: 0,2%. Mas o que chama atenção é a completa modificação na dianteira do processo de geração de valor adicionado que até 2002 tinha a indústria com 56% do PIB local e que passou a 38% em 2015. E o setor de serviços que representava 44% do PIB de Simões Filho em 2002, saltou para 61,5% do seu PIB em 2015. Sendo que, boa parte do setor terciário desse município está ligada às atividades industriais do Polo Petroquímico de Camaçari.

Criado no início dos anos 2000, o município de Luís Eduardo Magalhães não se destacava entre as 10 maiores economias do Estado em 2002. Contudo, com a expansão do agronegócio no extremo oeste do Estado, Luís Eduardo Magalhães ganhou destaque com um dinamismo econômico originário da alta produtividade de grãos nesta região. A atividade agropecuária, que em 2002 representava 44,0% do PIB municipal, em 2015 passou para 16,4% de participação. O setor industrial, que antes tinha 24,7% do produto interno do município, reduziu para 21,8%. Por sua vez, o setor terciário passou a ser a atividade mais dinâmica de Luís Eduardo Magalhães, saltando de 31,8% em 2002 para 61,9% no ano de 2015.

Juntamente com Ilhéus, o município de Itabuna forma um polo dinâmico do litoral sul baiano. Entre os anos de 2002 e 2015, Itabuna permaneceu como a 9ª economia do Estado. Itabuna concentrava 34,7% do PIB do território Litoral Sul. Contudo, sua estrutura produtiva não apresentou mudanças significativas. A agropecuária que em 2002 era responsável por 1,1% do PIB do município, em 2015 reduziu sua participação para 0,9%. Em 2002, o setor secundário respondia com 21,3% do PIB municipal, reduzindo para 18,8% em 2015. Por sua vez, o setor de comércio e serviços concentrava 77,6% em 2002, avançando para 80,4% do PIB municipal em 2015.

Localizado no TI Bacia do Rio Grande, o município de Barreiras é o único entre os destaques da economia baiana onde a atividade agropecuária tem um peso significativo na composição do PIB. Em 2002, o setor primário era um dos mais dinâmicos, representando 30,4% do produto municipal, reduzindo

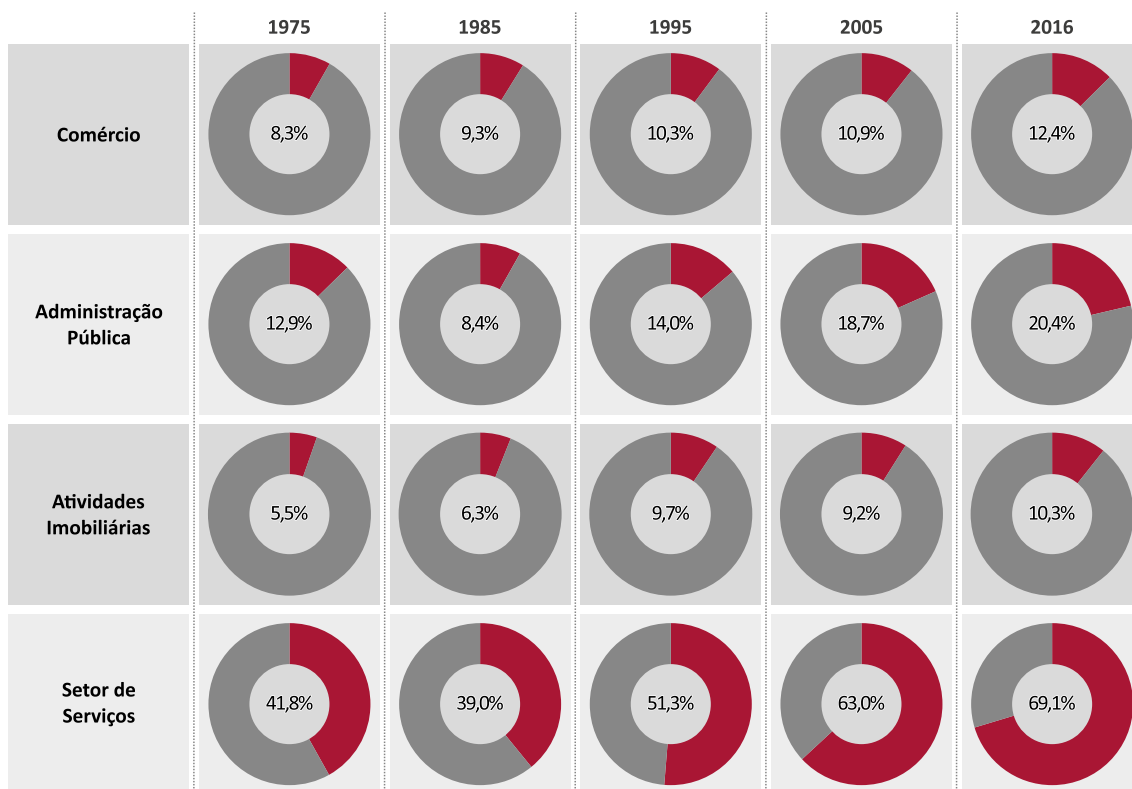
a participação para 21,7% em 2015. A indústria de Barreiras tinha 14,3% de participação no PIB do município, e em 2015 essa participação era de 13,0%. E o setor terciário concentrava 55,2% do PIB em 2002, avançando para 65,3% em 2015. Contudo, o município era destaque no cenário estadual graças à produtividade das lavouras de algodão, arroz, soja e feijão.

7 Desafios do Século XXI

Ao longo das primeiras décadas do século XXI, a Bahia perdeu participação relativa no PIB brasileiro e nordestino. Esse movimento é concomitante à mudança na composição de renda estadual em favor do setor de serviços, que se consolidou como principal atividade da economia baiana.

Não obstante a importância do setor terciário na participação do PIB baiano e na geração de empregos, suas principais características são: a baixa produtividade, competitividade e intensidade tecnológica; a concentração em segmentos tradicionais pouco dinâmicos como o imobiliário, o comércio e a administração pública e; fraca integração do setor com a cadeia dos demais setores produtivos. Associam-se a essas características as dificuldades encontradas pela infraestrutura, sobretudo de transporte. Conforme demonstra a figura 6, praticamente não existem setores dinâmicos e novos na configuração da atividade de serviços da Bahia. Se as economias mais avançadas do planeta têm um setor de serviços forte e pujante, com forte intensidade tecnológica e alta conexão com a indústria e agropecuária, o traço da Bahia apenas se assemelha a possuir maior representatividade no setor de serviços. Mas, ter 1/5 de sua atividade econômica composta pela administração pública reflete bem um Estado cuja caracterização lembra mais o século XIX do que o XXI.

Figura 6 – Composição do setor terciário ao longo dos anos – Bahia – 1975/1985/1995/2005/2016



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

A trajetória que a economia baiana seguiu a partir da segunda metade do século XX levou à concentração econômica e espacial não apenas dos principais segmentos industriais. Do ponto de vista geográfico, o território baiano aparece como uma economia de enclaves, apresentando polos sub-regionais de crescimento, como “ilhas prosperidade” cercadas por relativos vazios econômicos. O Estado

está diante do imenso desafio de integrar e criar novas conexões entre estes polos, constituindo uma verdadeira unidade territorial do ponto de vista econômico.

Em traços gerais, a história econômica da Bahia é a história de sua integração à divisão nacional e internacional do trabalho. Das grandes navegações da era moderna à globalização financeira pós-industrial do século XXI, sua evolução esteve condicionada aos grandes movimentos da economia brasileira e mundial. Não há porque supor que seja muito diferente num futuro próximo ou até mesmo longínquo. Portanto, refletir a economia baiana para o século XXI passa pelo reconhecimento de tal dependência.

A autonomia, ainda que relativa, clama por explorar as oportunidades e potencialidades da extensão de seu “mercado interno”, das sinergias de seu território e da diversidade cultural do seu povo, através dos investimentos em educação, inovação científico-tecnológica e infraestrutura. Como argumentam os historiadores, o conhecimento do passado pode não oferecer as respostas definitivas aos problemas presentes e futuros, mas ajuda a iluminar os caminhos a seguir.

8 Considerações Finais

Este trabalho buscou realizar uma análise atual do panorama econômico da Bahia, utilizando os principais indicadores disponíveis. Com base nessas informações, algumas considerações finais podem ser feitas, como uma síntese conclusiva até esse momento e como subsídio para as ações governamentais de planejamento. É importante esclarecer que as análises aqui realizadas levam em consideração os resultados apontados pelos indicadores, mas, sobretudo, a expertise desses autores, na interpretação desses indicadores conjunturais e estruturais, e também na evolução histórica da economia baiana.

O ponto de partida é a consideração de que esse processo de evolução já passou por outras experiências de planejamento que não conseguiram reverter a concentração setorial e espacial da economia, adicionando, pois, ao novo planejamento governamental da Bahia a necessidade de um novo conjunto de decisões e políticas capazes de incrementar a taxa de crescimento do Estado, a partir de alterações mais estruturais do que conjunturais.

De modo geral, os indicadores socioeconômicos apresentados revelam as seguintes considerações e necessidade de intervenção:

- 1) A Bahia, no que tange a todos os investimentos realizados no decurso dos últimos 40 anos, continua tendo no polo petroquímico de Camaçari o seu maior vetor de desenvolvimento econômico. Os indicadores, no entanto, revelaram que a dinâmica industrial do Polo petroquímico tem trazido cada vez menos efeitos a jusante e a montante, ensejando uma necessidade de se repensar o polo no contexto da economia baiana e na complementaridade das cadeias industriais do Estado. É evidente a necessidade remodelar a indústria química do Estado, que aumentou seu custo de produção e tem reduzida capilaridade com o restante da economia baiana, diminuindo sua competitividade interna e externa (apesar de sua alta relevância econômica para a Bahia, tanto na geração de emprego e renda, como na arrecadação de impostos).

Ainda sobre a dinâmica industrial, os indicadores revelaram um menor ritmo de crescimento econômico e a forte concentração espacial na indústria do Estado. De acordo com as informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), entre 2020-2023, a Bahia deve receber um aporte de aproximadamente R\$ 14.9 bilhões, divididos em 429 protocolos de intenção de investimentos e pouco mais de 28 mil empregos diretos. Esses investimentos não modificarão a matriz produtiva do Estado, mas são fundamentais para uma nova dinâmica econômica, uma vez que estão destinados a praticamente todos os territórios de identidade e a segmentos como energia e gás, que podem reduzir custos e aumentar a competitividade da indústria baiana. Nesse contexto, será fundamental buscar aumentar a efetivação desses investimentos, que, segundo registros históricos, gravitam em torno de 45% dos investimentos protocolados, tomando-se como referência os estudos feitos sobre o programa Desenvolve (PESSOTI, 2008).

- 2) Os dados revelaram uma grande preocupação: a Bahia, a despeito de ter um ritmo de crescimento econômico em alguns momentos maior do que o Brasil, tem diminuído sua participação no PIB do

País e também do Nordeste. Revelaram os indicadores que a Bahia que já chegou a representar aproximadamente 40% da economia do Nordeste em 1985, passou para 28,9% em 2015, assim como a representação na economia nacional passou de 5,4% em 1985 para 4,1% em 2015 (saíndo de 6ª economia para 7ª). Isso indica que outros Estados da própria região Nordeste estão recebendo o aporte de mais investimentos que estão modificando a estrutura histórica de participação do PIB. Longe de se pensar em uma concorrência com os demais Estados do Nordeste, é preciso entender esse processo e pensar como integrar ainda mais a economia da Bahia com a região e com o País.

Outro dado bastante preocupante é o da concentração econômica regional. A despeito de ter perdido importância na região Nordeste e no Brasil, não houve, ao longo dos últimos 15 anos analisados, uma reversão na já conhecida concentração espacial da economia baiana. Embora seja importante considerar as chamadas economias de aglomeração formadas na RMS, é importante repensar as estratégias que sejam necessárias para aumentar a participação das demais regiões no PIB do Estado. Excetuado alguns casos extremos, ligados ao agronegócio no Oeste e Norte do Estado, e ao turismo e atividade extrativa no Sul, o vazio econômico continua a predominar na maior parte do mapa da Bahia, com a administração pública sendo o principal segmento econômico para um grande número de municípios. Conforme demonstraram as informações, em aproximadamente 285 (dos 417), o setor público representa aproximadamente 40% do PIB, evidenciando a necessidade de políticas públicas que aumentem a geração de valor adicionado pela economia baiana.

Por fim, é importante considerar o fato de que a “Bahia é uma economia de serviços”, esconde uma difícil realidade. O setor de serviços do Estado é notadamente composto por atividades tradicionais, entre elas o comércio, as atividades imobiliárias e administração pública. Se analisarmos o ano de 2015, vamos perceber que dos quase 70% que o setor de serviços representava naquele ano, aproximadamente 43% é composto apenas por essas três atividades, o que significa que o principal setor econômico apresenta uma tendência de baixo crescimento econômico. Assim é imprescindível a criação de uma política que aumente a dinâmica dos serviços prestados às empresas e às famílias, que podem não só ser uma alternativa para a geração de empregos e renda, como também aumentar a dinâmica do setor de serviços e maior integração com a matriz produtiva do Estado.

- 3) Ainda sobre as informações relacionadas com a concentração regional, os indicadores mostram que o Território Metropolitano de Salvador foi responsável por aproximadamente 45,8% do PIB do Estado em 2002 e passou para 43,9% em 2015. Isto é, apenas 13 municípios são responsáveis por uma fatia muito grande da economia baiana. Apenas como exemplo, o Território do Sudoeste Baiano que congrega 26 municípios importantes, entre eles Vitória da Conquista, grande polo regional de serviços, representava apenas 3,5% do PIB do Estado em 2015. Assim, evidentemente um dos grandes desafios para o planejamento governamental será realizar a integração da atividade econômica, interiorizando e aumentando a geração de emprego e renda nos mais distantes e diferentes espaços geográficos.

Essa proposta não vai ser fácil. Como demonstraram os dados, a Bahia tem um grande número de municípios com baixa densidade demográfica. Exatamente 321 municípios têm menos de 30 mil habitantes, dificultando não só a formação de uma aglomeração produtiva, como, e principalmente, o estabelecimento de mercado consumidor interno, capaz de justificar a atração de atividades de consumo para esses municípios. Será fundamental pensar em políticas que façam sentido para esses pequenos municípios, que não se conectam com a lógica normalmente seguida de atração de grandes investimentos (notadamente industriais) e onde se observa a necessidade de uma intervenção planejada pelo Estado. Para que a desconcentração aconteça e exista mais convergência entre os municípios, será fundamental pensar mais em estratégias territoriais, do que municipais propriamente ditas.

- 4) Por fim, e não menos importante, é preciso destacar os resultados relacionados ao mercado de trabalho na Bahia. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD), o problema da alta da taxa de desemprego na Bahia, e, sobretudo, na RMS passa a ser uma das temáticas

mais importantes do século XXI. Com base nos dados apresentados nessa análise, observou-se não só o baixo nível da formalização do trabalho na Bahia, mas, o baixo rendimento médio real da maior parte das atividades econômicas. Notadamente a agropecuária, uma importante atividade para a dinâmica regional do PIB, cujo rendimento era de aproximadamente 56% de um salário mínimo da época. Na indústria de transformação o rendimento médio real era de apenas R\$ 1.390 em 2015. Outra informação sobre o mercado de trabalho nessa análise evidenciou o grande número de trabalhadores por conta própria e, ainda pior, o expressivo número de trabalhadores desocupados sem qualquer remuneração na Bahia. Claro, que as políticas são e devem ser transversais, mas, é preciso buscar alternativas que levem em consideração as especificidades do trabalho a ser realizado e da população a ser beneficiada com as alternativas propostas e políticas para equacionamento desta questão. E ainda, é fundamental lembrar que os problemas no interior do Estado são potencialmente piores, pois há uma forte composição de mercado de trabalho ligado às atividades rurais, onde notadamente o nível salarial é mais baixo que o praticado na capital e região metropolitana.

Esses 4 elementos apontados são apenas algumas elucubrações destes autores e buscam oferecer um norte para um planejamento de longo prazo. É claro que há muitas áreas da economia que não foram aqui analisadas, entre as quais se destacam as relacionadas com déficit habitacional, à ciência e tecnologia, ou as relacionadas com a redução da pobreza multidimensional. Tratou-se apenas de fazer um panorama econômico que refletisse a realidade atual do Estado, tomando-se por base os indicadores disponíveis, elaborados e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Tem-se, portanto, um ponto de referência de questões da ordem do dia para a economia baiana. Cria-se, com isso a ideia de que o planejamento de longo prazo possa ser um elemento fundamental para um novo ciclo de desenvolvimento, com mais geração de emprego e renda, mais interiorizado e integrando as diferentes redes de cidades do Estado da Bahia.

Referências

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XI, n.19, jan. 2009.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, v. 27, 2014.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TRANSPORTES. Brasília: Ministério dos transportes, 2014. Estatísticas dos transportes do Brasil

BAHIA EM NÚMEROS: 2013. Salvador: SEI, v. 13, 2014.

BAHIA. **Lei nº 13.468** de 29 de dezembro de 2015. Institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019. Salvador, 2015.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Resolução 117/2018**, de 04 de abril de 2018. Aprova a Proposição 115/2018 que amplia o público alvo do Programa FNE Verde- linha FNE Sol, para incluir os mini e microgeradores de energia elétrica, pessoas físicas e jurídicas, nos termos da Resolução ANEEL nº 482/2012 e alterações posteriores Brasília: SUDENE, 2018.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100923.pdf>. Acesso em: 1 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população: Tabelas 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 30 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2015. Rio de Janeiro: SIDRA, 2001-2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad>. Acesso em: 7 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060**: Projeção da população das unidades da federação por sexo e idade para o período 2000/2030. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/nota_metodologica_2013.pdf. Acesso em: 1 mar. 2014.

MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO: 1991, 2000, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Dados online extraídos do Banco multidimensional de estatísticas. Disponível em: <https://www.bme.ibge.gov.br/index.jsp>. Acesso em: 7 fev. 2018.

PESSOTI, F. C. C. L. ; PESSOTI, G. C. . Tendências recentes e perspectivas para a Economia Baiana. **Bahia Análise & Dados**, v. 25, p. 31-48, 2015.

PESSOTI, G. C.; PESSOTI, B. C. Política Industrial ou isenção fiscal? Uma análise da atração de investimentos industriais para a Bahia no período 1991-2006. RDE. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 18, p. 35-48, 2008.

PESSOTI, Gustavo Casseb. Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano Universidade Salvador, Salvador: UNIFACS, 2008, 215p.

PITOMBO, J. P. Transporte de cargas traz deficiência histórica na Bahia. **A Tarde**, Salvador, 17out.2009. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/economia/noticia.jsf?id=1257278>. Acesso em: 10 maio 2018.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: PAM 2017. Anual. Rio de Janeiro: SIDRA, 2017. Dados gerados pela base de dados do IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 1 out. 2017.

SOUZA, Guaraci Adeodato A.; MURICY, Ivana Tavares. Mudanças nos padrões de fecundidade e de mortalidade na Bahia 1940/1970. Salvador: SEI, 2001. (Série Estudos e Pesquisas, 52).

SPINOLA, Noélio Dantaslé. A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: UNIFACS, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990**: tendências e perfis sociodemográficos. 124 p. il. (Série estudos e pesquisas, 76). Salvador: SEI, 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Tabelas e gráficos**: PIB Nacional. Salvador: SEI, 2016. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=337. Acesso em: 20 dez. 2018.

TAVARES, Luis Henrique Dias Tavares. História da Bahia. Centro Editorial e Didático da UFBA. Salvador, Bahia, 1974.

TEIXEIRA, F.; GUERRA O. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. Bahia Análise & Dados. v.10 n.1, julho, p.87-98. Salvador, 2000.